



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

PERÍODO: OUTUBRO DE 2008 A ABRIL 2010

OUVIDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO CEARÁ

RITA MARIA DE VASCONCELOS MARTINS

OUVIDORA-GERAL

INTRODUÇÃO

Conforme determina o artigo 2º, inciso V, da Lei Nº 14.093 de 03 de abril de 2008, que cria a Ouvidoria-Geral do Ministério Público, encaminhado relatório anual consolidado das atividades deste Órgão, referente ao período de outubro de 2008 a setembro de 2009.

Durante esse interregno foram registradas o total de 2031 manifestações, através do Sistema Fale com a Ouvidoria, por telefone, correio eletrônico, ou ainda de forma presencial.

Em relação às matérias recebidas, verifica-se que as reclamações estão em maior número, seguidas de consignações a respeito do meio ambiente, defesa do consumidor, denúncias diversas, elogios, pedidos de celeridade processual, além de manifestações pertinentes às Promotorias Cíveis, Promotores de Justiça, Juizados Especiais e Recursos Humanos.

Vale ressaltar que as reclamações registradas versam sobre os mais diversos assuntos, bem como os variados Órgãos e Instituições do Estado.

A Ouvidoria-Geral realizou durante o mês de Outubro do ano corrente o evento **“SUA VOZ FAZ A DIFERENÇA – FALE CONOSCO”**, aproximando o Ministério Público da sociedade em geral.

Destarte, o presente relatório consigna todas as atividades, cotidianas e eventuais, que marcaram o período analisado.

AÇÕES IMPLEMENTADAS

Em 13 de novembro de 2008, a Ouvidoria Geral do Ministério Público, na pessoa da Ouvidora Geral e Procuradora de Justiça, Dra. Rita Maria de Vasconcelos Martins, esteve presente a XI Reunião Ordinária do Conselho Comunitário de Educação da Jurema.

Neste encontro houve o pronunciamento do trabalho dos eixos temáticos: educação ambiental, proteção ao idoso, segurança pública, proteção à criança e ao adolescente, educação formal, tendo como facilitador do evento o Promotor de Justiça Titular da 17ª Promotoria do Juizado Especial da Parangaba, Dr. Francisco Edson de Souza Landim.

Foi propiciado ainda o desenvolvimento do tema **“Ouvidoria do Ministério Público”** pela Ouvidora Geral, explanando para a comunidade e autoridades visitantes o alcance social do órgão.

A Ouvidoria Geral do Ministério Público dando continuidade à implementação da ação **“Dialogando Permanentemente Com a Sociedade”**, estabelecida como meta do Planejamento Estratégico e iniciada em agosto/2008 no Cariri, programou e realizou o evento **“SUA VOZ FAZ A DIFERENÇA – FALE CONOSCO”**, no mês de outubro de 2009, se fazendo presente nos Núcleos de Mediação Comunitária da Grande Messejana, Jurema, Parangaba, Pacatuba e Pirambu.

Iniciando o ciclo de palestras com visita ao Núcleo da Grande Messejana, proferida no dia 16 de outubro, sexta-feira, às 14:00 horas, tivemos como público alvo um grupo de Mediadores e Lideranças Comunitárias, contando, ainda, com a honrosa presença do Dr. Francisco Edson de Souza Landim, Promotor de Justiça e Coordenador dos Núcleos de Mediação Comunitária.

No dia 20 de outubro, por volta das 9:00 horas, visitamos o Núcleo da Jurema, mais precisamente no Lar Fabiano de Cristo, localizado à Avenida Dom Almeida Lustosa, nº4.395, ocasião em que fomos recebidos por um Grupo de Idosos, ali assistidos, e Mediadores Comunitários da Jurema, bem como Lideranças Comunitárias e cidadãos moradores do local.

Nesta oportunidade tivemos o prestimoso auxílio dos Promotores de Justiça, Dr. José Egydio Coelho Júnior e Dra. Mathilde Maria Martins Telles, titulares da 3ª e 4ª Promotorias de Justiça de Caucaia, momento em que, ao final da palestra, realizamos uma audiência pública com a participação dos colegas acima nominados e da comunidade, ensejando a exposição de suas reclamações, reivindicações e fazendo suas denúncias.

Seguindo o calendário estabelecido pela Coordenação dos Núcleos de Mediação, no dia 23 de outubro, sexta-feira, às 9:00 horas, foi proferida a palestra junto ao Núcleo da Parangaba, reunido no prédio da Sétima Companhia da Polícia Militar, situado à rua Júlio Braga. Neste evento o público ouvinte foi composto de Mediadores Comunitários, Lideranças Comunitárias, Policiais Militares, Servidores Municipais da Área de Saúde, Diretores de Escola, propiciando uma perfeita interação entre a Instituição Ministério Público e os diversos segmentos da sociedade.

Objetivando um conagraamento entre os Mediadores de Justiça Comunitária e esta Ouvidoria, haja vista que são capacitados pelo Ministério Público Estadual e o Ministério da Justiça, realizamos no dia 27 de outubro, terça-feira, às 9:00 horas, na sede do Núcleo de Mediação de Pacatuba, localizado na Avenida 15, nº 507, Jereissati II, mais um evento.

Desta feita, obtivemos a parceria da Dra. Grecianny Carvalho Cordeiro, Promotora de Justiça Titular da 1ª Promotoria da Comarca de

Pacatuba, expondo suas idéias e comentando as realizações do Núcleo visitado como um importante espaço democrático de lutas e conquistas, adotando ações que visam ao enfrentamento de questões ligadas à criança e ao adolescente, ao vício de drogas e à ausência infantil das escolas, à saúde, ao idoso e à segurança pública.

Entre os participantes deste encontro salientamos as presenças de representantes dos Mediadores Comunitários dos Núcleos do Curió, Parangaba, Pirambu e Pacatuba, membros do Conselho Tutelar, Diretores de Escola Pública e outros cidadãos dos diversos segmentos sociais.

Encerrando esta etapa de visitação às comunidades, nos deslocamos ao Núcleo do Pirambu, situado à Avenida Castelo Branco, nº 2709, no dia 30 de outubro, sexta-feira, às 9:00 horas, encontrando Mediadores Comunitários do Estado do Rio Grande do Sul, que ali estavam em busca de aprimorar seus conhecimentos a respeito da exitosa experiência vivenciada pela comunidade domiciliada naquela área de abrangência.

Consignamos com prazer a participação e parceria da Dra. Antônia Lima Sousa, Promotora de Justiça Titular da 13ª Promotoria de Justiça do Juizado Especial Cível e Criminal, nos brindando com uma preleção sobre a sua esfera de atuação junto às comunidades do Pirambu, Barra do Ceará, Vila Velha e adjacências, ressaltando que abraça as demandas e os problemas ali existentes e implementa variadas ações para a concretude da paz social e o bem estar dos moradores dos bairros assistidos.

Esposou o entendimento de que a importância do exercício social deve ser considerada como um dever por parte de cada integrante do *Parquet* que milita nas Promotorias de Justiça dos Juizados Especiais Cíveis e



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA



Criminais, bem como uma manifestação de respeito e solidariedade para com a sociedade civil, muitas vezes privada de seus direitos básicos de cidadã.

Anotamos a participação dos Mediadores Comunitários do Pirambu e visitantes, bem como a presença da comunidade local.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro, registramos a dedicação e o esmero da Excelentíssima Senhora Doutora Maria do Perpétuo Socorro França Pinto, Procuradora-Geral de Justiça, ao implementar a Ouvidoria Geral do Ministério Público Cearense, e, na medida do possível dentro da dotação orçamentária, atender aos diferentes pleitos para consolidação deste Órgão. Com atitudes pioneiras e aguerridas a Douta Procuradora Geral engrandece a Instituição Ministerial, ao tempo em que estimula os membros do *Parquet* Alencarino com o seu valoroso exemplo no trato da coisa pública, fazendo-a credora dos merecidos elogios e agradecimentos.

Ademais, para a concretização das ações implementadas por esta Ouvidoria, contamos com o apoio de vários setores da Procuradoria, na pessoa dos servidores a seguir nominados:

- Centro de Desenvolvimento Humano – Silvana Costa Castelo Branco
- Diretoria de Informática – Wladimir Maia Furtado
- Diretoria Financeira – Gladys Furtado Brasil
- Diretoria Administrativa – Ricardo Pereira Sales
- Prefeitura – Zélia Soares Paiva
- Assessoria de Comunicação – Helena Demis
- Fotografia e Filmagem – Joaquim Barbosa

Consignamos ainda os nossos agradecimentos ao Dr. Francisco Edson de Souza Landim, Promotor de Justiça e Coordenador dos Núcleos de Mediação Comunitária, propiciando um espaço democrático junto aos



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA



Núcleos sob sua eficiente coordenação, levando um maior conhecimento acerca da Ouvidoria Geral do Ministério Público e seus objetivos, visando corresponder aos anseios e aspirações fundamentais da sociedade civil que são o fomento à paz, aos direitos humanos, ao entendimento mútuo e o respeito para com todos os cidadãos.

Cumpre-nos registrar também que nos meses de julho e novembro de 2009 a Ouvidoria esteve sob a responsabilidade da Procuradora de Justiça e Vice-Ouvidora Geral, Dra. Maria de Fátima Soares Gonçalves, que permitiu a continuidade e efetividade dos trabalhos desenvolvidos pela Ouvidoria Geral. Por sua dedicação e comprometimento com a atribuição cumulativa, nossos sinceros agradecimentos.

CONCLUSÃO

Procuramos envidar todos os esforços para dar continuidade ao ambicionado projeto de interiorização da Ouvidoria Geral do Ministério Público, iniciado com a exitosa visita ao Cariri em agosto de 2008 e constante da listagem dos Projetos/Ações Estratégicas, contudo, no momento rendo-me às limitações surgidas e impeditivas de sua concretização.

Na oportunidade fica o registro da precariedade da estrutura da Ouvidoria Geral do Ministério Público do Estado do Ceará, como órgão autônomo criado pela Lei Estadual nº 14.093 de 03 de abril de 2008, em obediência ao comando constitucional inserido na Carta Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional 45/2004.

Lembramos mais que, integrando a estrutura administrativa da Procuradoria Geral de Justiça, sem vínculo de subordinação, o cargo de Ouvidor do Ministério Público é o único da estrutura administrativa da instituição ministerial decorrente de previsão legal.

Destarte, a eficácia na prestação do serviço de atendimento à sociedade, não obstante a sua relevância para o aprimoramento da instituição, sofre prejuízos importantes por ausência dos meios físicos necessários para emprestar a efetividade de que dele se espera.

As visitas públicas junto às Promotorias de Justiça, os eventos e reuniões de integração e troca de experiências com outras Ouvidorias congêneres realizadas fora da sede dessa Procuradoria, as inspeções e as viagens relativas à meta do programa de interiorização constante do Planejamento Estratégico, deixaram de ser realizadas ou ficaram comprometidas à mingua de um veículo destinado a execução desse tipo de serviço.

Ademais, o funcionamento concomitante do Gabinete Cível e da Ouvidoria Geral no mesmo ambiente de trabalho, constitui sérios inconvenientes em face do caráter sigiloso de que revestem os procedimentos e atendimentos de diversos matizes para o fortalecimento da cidadania. As pessoas usuárias do serviço de escuta e ausculta precisam, para revelar inteiramente suas demandas, de reserva para entrevista privativa com o titular do cargo.

Portanto, fica a observação para que, no futuro, tendo em vista o progressivo crescimento da desafiante atividade da Ouvidoria, seja dedicada atenção para concretização dos meios suficientes para o atendimento, principalmente do cidadão. Durante os anos de 2008 e 2009, objeto do presente relatório, foram feitas solicitações no sentido da viabilização de todas as dificuldades materializadas e sucintamente expostas.

Há, enfim, de esperar-se que no decorrer deste ano de 2010 tais necessidades prioritárias sejam atendidas pela administração superior para destinar à Ouvidoria esses instrumentos.

Aproxima-se novo mandato e o próximo titular do cargo carece da estrutura, mínima possível, para continuar com o trabalho de crescimento que já se pode perceber pela amostragem analítica aqui contida.